

ATA N.º 46/2016

Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Benavente

Início: 09 horas e 53 minutos

Encerramento: 12 horas e 32 minutos

No dia vinte e sete do mês de outubro de dois mil e dezasseis, em Benavente, no edifício dos Paços do Município e sala das reuniões da Câmara Municipal, onde se encontrava pelas nove horas e trinta e oito minutos, o senhor Carlos António Pinto Coutinho, presidente da Câmara Municipal de Benavente, reuniu a mesma, estando presentes os vereadores senhores:

Ana Carla Ferreira Gonçalves
Augusto José Ferreira Marques
Catarina Pinheiro Vale
Domingos dos Santos
Luís Semeano
Ricardo Alexandre Frade de Oliveira

Pelo senhor presidente foi declarada aberta a reunião, às nove horas e cinquenta e três minutos, com a seguinte ordem do dia, antecipadamente remetida a todos os vereadores, nos termos do n.º 2 do art. 53.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

Ordem	Assunto	Processo	Interessado
1	Divisão Municipal de Gestão Financeira Gestão e Controle do Plano e Orçamento Elaboração das propostas do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2017		

Secretariou o chefe da Divisão Municipal de Gestão Financeira, Hermínio Nunes da Fonseca, coadjuvado por Anabela Rodrigues Gonçalves, coordenadora técnica.

02- Divisão Municipal de Gestão Financeira

Gestão e Controle do Plano e do Orçamento

Ponto 1 – ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS DO ORÇAMENTO E DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2017

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR PRESIDENTE deu início à análise do **ORÇAMENTO**, observando que, no que concerne aos impostos, a proposta de redução da taxa do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) que vai submeter à consideração da Câmara Municipal traduzir-se-á numa quebra de receita superior a duzentos e quarenta e dois mil euros.

Referiu que embora não possam ser inscritas as verbas que estão previstas receber, a Câmara Municipal tem vindo a ter um aumento progressivo dos valores da Derrama, associado a um excelente desempenho do setor empresarial no Município, havendo, também, um incremento significativo das receitas do IMT (Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis), que denota sinal de alguma retoma.

Acrescentou que perante a expectativa de aprovação da revisão do PDM (Plano Diretor Municipal), a Câmara Municipal tem tido algumas abordagens significativas para a instalação de novas unidades muito interessantes no Município, nomeadamente, na área do turismo, da indústria e ligadas à inovação, qualificação e oferta de emprego que, a concretizarem-se, estariam de acordo com a estratégia municipal de potenciar o desenvolvimento económico, associado à consolidação do setor empresarial.

Relativamente aos **Critérios da Previsão da Despesa**, mencionou que há um conjunto de situações nas quais a Câmara Municipal não pode tocar, e que se prendem com contratos que se encontram a decorrer, como sejam o fornecimento de energia e a prestação de serviços de higiene e limpeza, entre outros, e os diferenciais remanescentes que têm que estar cabimentados no ano de 2017, sendo certo que poderão, eventualmente, ser superiores ao que vai ser executado.

Observou que não estão, ainda, consideradas na Despesa as verbas de seis mil e seiscentos euros, relativos à renda das instalações em Samora Correia, e de dois mil euros, correspondente às transferências para as Juntas de Freguesia relativamente ao processo eleitoral.

Por outro lado, na procura de tornar o Orçamento eficaz logo a partir de janeiro, tendo por base o saldo da Câmara Municipal (que apenas pode ser utilizado após a aprovação, no final do mês de abril, da conta de gerência), foi feito um exercício que considera, apenas, a execução orçamental de quatro meses, considerando que, em maio, as rubricas poderão ser reforçadas.

Realçou que embora o Município de Benavente tenha desenvolvimento económico e capacidade de atrair investimento e gerar receitas, continua a ser penalizado pelo incumprimento da Lei das Finanças Locais e, de acordo com o que está inscrito no Orçamento de Estado para 2017, irá receber quatro milhões, quinhentos e trinta e dois mil euros provenientes das transferências da Administração Central, com uma quebra de receita de cerca de 22% relativamente ao período de 2007 a 2015, enquanto todos os outros municípios da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, com exceção de Alpiarça, receberão verbas superiores.

O SENHOR VEREADOR RICARDO ALEXANDRE FRADE DE OLIVEIRA questionou se não há critérios de atualização anuais e se são consideradas, sempre, as receitas próprias dos municípios.

O CHEFE DA DIVISÃO MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA, HERMÍNIO NUNES DA FONSECA, explicitou que não há critérios, mas sim balizas de crescimento máximo e mínimo, sendo considerada a capitação fiscal na função inversa.

O SENHOR PRESIDENTE exemplificou que dos quatro milhões, quinhentos e trinta e dois mil euros provenientes das transferências da Administração Central para a Câmara Municipal de Benavente, um milhão e quarenta e quatro mil euros corresponde à taxa variável do IRS (Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares), enquanto que dos mais de dez milhões de euros que a generalidade dos municípios recebem, apenas menos de trezentos mil euros dizem respeito a essa mesma taxa variável, o que significa

que as respetivas descidas aplicadas por alguns municípios são inócuas nos seus orçamentos e, muitas vezes, essas medidas são tomadas em função do impacto que têm na população.

Referiu que a presente proposta de Orçamento tem o montante de dezanove milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, setecentos e vinte e oito euros (que se aproximará dos vinte e dois milhões após a inclusão do saldo que irá transitar), estando previsto um total de quinze milhões, vinte e nove mil, setecentos e seis euros de Receitas Correntes, e doze milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, setecentos e dezassete euros de Despesas Correntes, de que resulta uma Poupança Corrente de dois milhões, trezentos e sessenta e dois mil, novecentos e oitenta e nove euros. No entanto, a contratação de cerca de sessenta funcionários que, do ponto de vista financeiro, representa setecentos mil euros, verba muito significativa que, de alguma forma, reduzirá a capacidade da Câmara Municipal gerar poupança corrente, o que se traduz numa menor capacidade de investimento.

O CHEFE DA DIVISÃO MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA, HERMÍNIO NUNES DA FONSECA, observou que tal como é referido no Relatório do Orçamento, está previsto um crescimento de 10% na Despesa com aquele número de trabalhadores. Contudo, em termos comparativos com os outros municípios da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, a Câmara Municipal de Benavente fica com doze trabalhadores e meio por cada mil habitantes, sendo dos rácios mais baixos.

O SENHOR PRESIDENTE iniciou uma análise detalhada da proposta das **GRANDES OPÇÕES DO PLANO**, dando nota que foi construída em função do desenvolvimento económico e da execução orçamental que tiveram lugar e, fundamentalmente, dos apoios que são disponibilizados pelos fundos comunitários, procurando adaptá-los à estratégia definida pelo Município quanto à reabilitação e à regeneração urbanas, à redução de custos correntes e à promoção turística, entre outros, por forma a que a Câmara Municipal possa manter uma situação financeira estável e com capacidade de responder a todas as situações que aconteçam.

Referiu que, há três anos atrás, a Câmara Municipal estava com um serviço de dívida que se situava na ordem setecentos e cinquenta mil euros, não só no que respeita a juros, mas, também, a amortizações, realidade bem diferente, atualmente, que permite outra capacidade de intervenção.

No que respeita ao **Ensino básico**, salientou a ampliação / transformação do jardim de infância das Areias em jardim de infância / escola básica 1 das Areias, em Benavente, e a requalificação e ampliação da escola básica 1, n.º 2 das Acácias, em Samora Correia.

Explicitou que o aumento da verba prevista, inicialmente, para **Atribuição de bolsas de estudo** ao ensino secundário e superior não altera o número de bolsas estipulado pelo respetivo Regulamento, reforçando, sim, o seu valor, e deu nota que o **Apoio técnico ao nível da terapia de reabilitação da fala, educação física e expressão dramática** resulta de protocolos estabelecidos pela Câmara Municipal com o CRIB (Centro de Recuperação Infantil de Benavente) para apoiar essa intervenção.

No que concerne à **Cultura**, considerou que a verba de quinhentos euros inscrita para o **Cinema** tem que ser aumentada para dez mil. Mencionou que, atualmente, os novos filmes só são disponibilizados em formato digital e, possuindo a Câmara Municipal máquinas de projeção de películas, há necessidade de adquirir novo equipamento, cujo preço se situa nos sessenta mil euros. Apesar de ter a expectativa de que, no âmbito do programa operacional Portugal 2020, pudesse haver uma medida que apoiasse esta área cultural, infelizmente, assim não é, pelo que está inscrita uma verba de oitenta mil euros na rubrica **Aquisição de equipamentos** que incluiu a aquisição duma máquina de cinema, equipamento que, atendendo às dinâmicas das duas salas existentes no

Município, contemplará, inicialmente, o Cineteatro de Benavente, sendo, posteriormente, adquirida uma outra máquina para o Centro Cultural de Samora Correia.

O SENHOR VEREADOR RICARDO ALEXANDRE FRADE DE OLIVEIRA questionou desde quando deixou de haver sessões regulares de cinema, se há forma de saber o número de frequentadores e se esse número tem vindo a decrescer, porque pode, eventualmente, não se justificar fazer um investimento desse tipo para meia dúzia de pessoas.

A SENHORA VEREADORA ANA CARLA FERREIRA GONÇALVES informou que as sessões regulares de cinema foram interrompidas em maio do ano em curso.

O SENHOR PRESIDENTE disse que as sessões de cinema tinham lugar à sexta-feira e ao sábado, apontando os registos no sentido de haver uma maior participação de público no Cineteatro de Benavente, que chegou a ter casa cheia, e mesmo com os bilhetes a preço reduzido, conseguia-se equilibrar os custos das películas. Acrescentou que embora muitos munícipes continuem a sair da área do Município para ir ao cinema, outros há que têm solicitado a projeção de filmes nos equipamentos culturais que a Câmara Municipal dispõe para o efeito.

O SENHOR VEREADOR RICARDO ALEXANDRE FRADE DE OLIVEIRA disse que a ida ao cinema está associada, também, a um passeio que inclui outro tipo de ofertas que, atualmente, os centros comerciais podem oferecer.

Observou que conheceu bem a realidade de 2004/2005, com a projeção de filmes à quarta-feira à noite, à sexta-feira, ao sábado e ao domingo à tarde, com sala cheia ao longo de várias semanas, parecendo-lhe não ser essa a realidade atual, passados doze anos.

Considerou que embora possa haver essa solicitação por parte dos munícipes, o número de interessados pode não justificar a aquisição do novo equipamento.

O SENHOR PRESIDENTE retorquiu que, mesmos nos últimos tempos, o Cineteatro de Benavente chegou a ter acima de trezentas pessoas.

O SENHOR VEREADOR RICARDO ALEXANDRE FRADE DE OLIVEIRA perguntou se as distribuidoras autorizam a projeção dos filmes logo após a estreia nas grandes salas de cinema, e se ainda há um número considerável de espetadores oriundos do concelho de Salvaterra de Magos.

A SENHORA VEREADORA ANA CARLA FERREIRA GONÇALVES transmitiu que o período de tempo que decorre entre a estreia do filme e a projeção nas salas da Câmara Municipal prende-se com o preço, e não com a autorização das distribuidoras, sendo que, à semelhança do que sempre aconteceu, está previsto um intervalo de uma, a uma semana e meia após a estreia.

Confirmou que ainda se mantem um número considerável de espetadores oriundos do concelho de Salvaterra de Magos, sobretudo no Cineteatro de Benavente.

O SENHOR VEREADOR LUÍS SEMEANO observou que a disponibilização de cinema no concelho de Benavente dá alguma autonomia aos jovens de Salvaterra de Magos para poderem sair de casa, conhecendo alguns que eram frequentadores assíduos do Cineteatro de Benavente.

O SENHOR PRESIDENTE referiu que mesmo as sessões das quartas-feiras eram bastante frequentadas, embora fossem disponibilizados ciclos de cinema através de projetor.

Realçou as verbas inscritas em diversos projetos e, no que se refere ao **Apoio à adaptação de celeiro a núcleo museológico dedicado ao campino**, explicitou que, no âmbito dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, os fundos estão constituídos por um montante global, que é dividido em duas partes, podendo os municípios aceder a uma delas, e as diversas entidades à outra. Nesse sentido, numa segunda fase do Portugal 2020, com a reprogramação e eventual reforço do Eixo que financia operações do património, a candidatura desse projeto deverá ser apresentada pela Companhia das Lezírias ao INALENTEJO sendo que Câmara Municipal assumirá os encargos financeiros e a exploração do equipamento através dum protocolo.

Transmitiu que apresentada que está a candidatura da segunda fase da obra de requalificação da igreja matriz de Samora Correia (investimento muito exigente), e sendo diminutas as verbas que estão disponíveis no programa operacional Alentejo e muitos os projetos que estão colocados, ainda assim, crê que aquela candidatura será aprovada e, a confirmar-se essa expectativa, a obra será financiada a 85%.

Referiu que apesar de estar inscrita uma verba de apenas de cinco mil euros para o projeto **Apoio à obra de consolidação estrutural da igreja matriz de Samora Correia**, a Câmara Municipal já financiou a intervenção de requalificação daquela igreja com duzentos e cinquenta mil euros e sendo, agora, parte desse investimento elegível na candidatura, 85% constituirão a comparticipação da Câmara Municipal para a segunda fase da intervenção.

Questionado que é, por vezes, o envolvimento e o nível de investimento da Câmara Municipal no projeto de requalificação da igreja matriz de Samora Correia, clarificou que se trata duma igreja da Ordem de S. Tiago que é património classificado e tem um potencial brutal, do ponto de vista turístico, porque só havendo seis no País, aquela é única, devido aos seus painéis de azulejos. Crê que aquela igreja poderá afirmar-se, internacionalmente, duma forma que ninguém consegue, ainda, vislumbrar.

Mencionou, ainda, o projeto **Implementação de circuito pedonal e ciclável da margem do Rio Sorraia entre Benavente e Samora Correia**, dando nota de que estão a ser concluídos os protocolos a serem estabelecidos com os proprietários dos terrenos onde aquele objetivo será concretizado.

No que concerne ao projeto **Relvado sintético do campo de futebol de Santo Estêvão**, transmitiu que a regularização da titularidade do espaço não se apresenta fácil, porque embora a cedência do mesmo esteja registada em atas de há cinquenta anos atrás, ela nunca foi formalizada, sendo verdade que há, também, testemunhos de que é utilizado para aquele fim há mais de cinquenta anos.

Relativamente ao projeto **Apoio na substituição do relvado sintético do campo de futebol da AREPA**, explicitou que aquele relvado é o mais antigo do Município e, nele desenvolvendo aquela coletividade todas as atividades de futebol de onze, desde a formação, aos seniores e aos veteranos, foi sujeito a um grande desgaste. Observou que embora a AREPA tenha apresentado uma candidatura à Federação Portuguesa de Futebol para substituição daquele relvado sintético, existem muitas outras candidaturas e, conseqüentemente, os montantes a disponibilizar para esse fim serão repartidos, dando uma verba pequena a cada clube.

Recordou que, há algum tempo, a Câmara Municipal definiu uma estratégia com as IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) da área do Município envolvendo, numa primeira fase, a resposta às valências de infância e de idosos, e que foi bem-sucedida no que diz respeito à infância, tendo sido obtidos financiamentos e construídas duas creches. Lembrou que a Santa Casa da Misericórdia de Benavente e a Fundação Padre Tobias, em Samora Correia, mostraram-se disponíveis no que respeita à valência de idosos e, à data, os projetos apresentavam-se muito exigentes, do ponto de vista financeiro, tendo apenas sido possível financiar as creches. Perante esse quadro, mantém-se a rubrica para **Apoio à construção do lar de idosos da Maxoqueira, na Barrosa**, visando uma eventual futura reprogramação do atual quadro

comunitário, que é ainda mais redutor e, para a área social, define apenas a requalificação dos equipamentos existentes.

Disse que apesar do projeto **Construção de prédio de 6 fogos para habitação social na Rua Manuel Arriaga, em Samora Correia** ser um compromisso já anteriormente assumido pela Câmara Municipal, a sua concretização tem que ser adiada para 2018, em função das exigências financeiras com o PEDU (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano).

Aludiu à importância dos projetos **Aumento da eficiência energética dos edifícios municipais** e **Aumento da eficiência energética na iluminação pública** no contributo para a redução dos consumos energéticos.

O SENHOR VEREADOR RICARDO ALEXANDRE FRADE DE OLIVEIRA questionou se aqueles projetos serão objeto de candidatura a fundos europeus.

O SENHOR PRESIDENTE confirmou que assim seria com o projeto de **Aumento da eficiência energética dos edifícios municipais**, e realçou a particularidade de que se trata de financiamento reembolsável. Observou que essa poderá não ser, talvez, a medida indicada para o projeto de Aumento da eficiência energética na iluminação pública, que poderá ser implementado com o recurso a empréstimo bancário. No entanto, estão a ser analisadas as duas vertentes no âmbito da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo.

Seguidamente, explicitou que o projeto **Apoio à CIMLT na concretização do Plano Diretor Informático Intermunicipal – Portugal 2020** prende-se com a estruturação do portal regional Ribatejo Digital e aquisição de *hardware* e *software*.

Lembrou que o **Festival do Arroz da Lezíria Ribatejana** não envolverá, apenas, a verba de cem mil euros que está inscrita, financiando, também, a Entidade de Turismo aquele evento com uma verba de cinquenta mil euros.

Informou que no próximo dia cinco de novembro, em horário ainda a definir, mas que se situará entre as dezasseis horas e as dezasseis horas e trinta minutos, a Câmara Municipal apresentará à população, no Centro Cultural de Benavente, a proposta de projeto de **Arranjos exteriores da Urbanização da Ribasor**.

No que concerne ao projeto **Arranjo urbanístico do parque radical de Samora Correia**, referiu que tendo aquele equipamento sido construído com a melhor das intenções, dando resposta aos anseios de alguns pais, no entanto, tem sido foco de problemas e, em reuniões já realizadas com os moradores e os utilizadores, a Câmara Municipal deixou claro aos utilizadores que, a manter-se a situação, poder-se-ia chegar ao limite de destruir o parque, tendo assumido com os moradores o compromisso de adotar políticas e ações que pudessem preservar o equipamento. Naquela sequência, foi já desenvolvida uma primeira ação de fechar e vedar o espaço, definindo um horário de utilização, e está a ser avaliado se existem condições para manter o parque e fazer o arranjo da envolvente.

Recordou que o projeto **Requalificação / Reparação do cruzeiro do Calvário e muralha do jardim do Calvário** é uma intervenção que se insere no PEDU, estando a ser desenvolvidos contactos com a Direção Geral do Património no sentido de definir que trabalhos pode a Câmara Municipal fazer.

Deu nota que o projeto **Desenvolvimento Urbano Sustentável – Mobilidade** prende-se com a priorização ao peão e à bicicleta e, em função das intervenções que vão ter lugar nos centros históricos, a definição de corredores de acesso aos equipamentos públicos.

Clarificou que o projeto **Requalificação de praça e de um largo em Samora Correia** diz respeito à Praça da República e ao Largo João Fernandes Pratas, bem como aos arruamentos envolventes.

Observou que o projeto **Arranjo urbanístico da zona central da Coutada Velha, em Benavente** se insere no objetivo de requalificação de espaços, por forma a criar a centralidade definida no PDM (Plano Diretor Municipal) para as pequenas localidades. Referiu que os projetos e **Arranjo urbanístico da envolvente ao centro social de Foros de Almada** e **Arranjo urbanístico da zona central de Foros da Charneca** estão consensualizados com os presidentes das Juntas de Freguesia.

Explicitou que o projeto **Aquisição de material de transporte** prevê a aquisição de um carro com grua para recolha de monos, duas carrinhas de caixa aberta, um veículo ligeiro para servir a CPCJ (Comissão de Proteção a Crianças e Jovens) e o serviço de Ação Social (libertando para os serviços técnicos a viatura que está a ser utilizada), bem como uma carrinha de nove lugares.

Afirmou que está reunido um conjunto de situações que permitem intervenções que a Câmara Municipal aguardava há muitos anos, e que envolvem um volume de investimento superior a dez milhões de euros, sem que se altere a situação financeira da Autarquia e sem recurso à contratação de empréstimos.

Concluiu, realçando que a Câmara Municipal vai ter capacidade de executar não só o PEDU, mas também os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, e de se posicionar de forma a, perante uma reprogramação, estar em condições de, eventualmente, ser contemplada com algumas verbas dos fundos comunitários.

O SENHOR VEREADOR LUÍS SEMEANO solicitou esclarecimentos no que concerne à **RECEITA**, nomeadamente, a verba para **Conservação e Reabilitação de Estradas Desclassificadas**, que já o ano passado estava inscrita, e a verba de seiscentos mil euros na rubrica **Indemnizações**.

Relativamente à **DESPESA**, questionou se o acréscimo na **Despesa com o pessoal** se justifica, apenas, com a próxima contratação de novos trabalhadores, e qual a razão do montante inscrito para as **Transferências para as Juntas de Freguesia** ter sofrido uma redução de vinte mil euros relativamente ao ano passado.

O SENHOR PRESIDENTE recordou que verba para **Conservação e Reabilitação de Estradas Desclassificadas** diz respeito à ação que a Câmara Municipal interpôs no TAF (Tribunal Administrativo e Fiscal) de Leiria contra a, denominada à data, Estradas de Portugal, pelo incumprimento do protocolo que foi estabelecido para a desclassificação da Estrada Municipal 118-1 e de um troço da Estrada Nacional 10-5. Explicitou que a verba inscrita nas **Indemnizações** diz respeito às intervenções efetuadas pela Câmara Municipal, em substituição dos promotores de loteamentos.

O CHEFE DA DIVISÃO MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA, HERMÍNIO NUNES DA FONSECA, pedindo o uso da palavra, explicitou que o acréscimo da **Despesa com o pessoal** engloba, também, a reversão dos cortes dos vencimentos e o aumento do subsídio de refeição, não estando considerada a eventual atualização do salário mínimo nacional.

Referiu que a redução da verba inscrita na rubrica das **Transferências para as Juntas de Freguesia** prende-se com o facto de que os contratos interadministrativos que foram celebrados com aqueles órgãos autárquicos vigoram pelo mandato, caducando no dia das eleições do próximo ano.

Observou que o **Relatório do Orçamento Municipal para o ano de 2017** clarifica muitas das questões relativas quer à RECEITA, quer à DESPESA.

O SENHOR VEREADOR LUÍS SEMEANO referiu que, à semelhança do ano anterior, o Partido Socialista defende uma redução de um ou dois pontos na **Participação variável no IRS**, bem como a isenção de **Derrama** para as empresas com um volume de negócios inferior a cento e cinquenta mil euros.

No que concerne à ciclovia, o Partido Socialista gostaria que fosse feita ligando as duas principais freguesias do Município.

Acrescentou que o Partido Socialista gostaria, ainda, que fossem construídas as piscinas ao ar livre, proposta que, embora ambiciosa, se justifica, dada a procura desse tipo de espaço no período do verão por parte dos munícipes, que se veem obrigados a deslocar-se para outros municípios, como Coruche e Montemor-o-Novo.

Mencionou a necessidade de ser criada uma alternativa para o trânsito automóvel em Benavente, atendendo a todos os condicionalismos, nomeadamente, o facto da estrada do campo não ser segura e da autoestrada ser dispendiosa, bem como à existência de alguns pontos de conflito, como seja a curva do Solar, o cruzamento junto às piscinas municipais e o entroncamento com a Vila das Areias (que já tem um número bastante significativo de moradores), sendo, também, premente retirar o trânsito pesado dos centros urbanos.

Aludiu à inexistência dum espaço multiusos, coberto e de alguma dimensão para a organização de todo o tipo de eventos.

O SENHOR PRESIDENTE retorquiu que teve oportunidade de referir a atual proposta de Orçamento é o resultado dum trabalho apurado e, estando o esforço da Câmara Municipal condicionado pelos programas operacionais. Contudo, contém medidas muito importantes que a Câmara Municipal procurava desenvolver há muitos anos, não sendo possível deixar de lado projetos como a requalificação e a reabilitação urbana, a título de exemplo, para poder fazer outros investimentos, até porque são aqueles que estão de acordo com a estratégia definida.

Disse que a questão referida pelo senhor vereador Luís Semeano relativamente à ligação da ciclovia entre Samora Correia e Benavente está perfeitamente definida, sendo que irá ser desenvolvida através da várzea, numa distância que se situará em cerca de vinte quilómetros, com definição de circuitos de menor dimensão (entre oito e dez quilómetros) junto a Samora Correia e Benavente, permitindo, não só, a mobilidade entre as duas freguesias, como, também, a atividade física que é desenvolvida, informalmente, por muitos munícipes, utilizando espaços que não são os melhores para o efeito. Para além disso, e do ponto de vista turístico, numa estratégia definida de ser construído este tipo de oferta, no âmbito mais alargado do conjunto de municípios estuarinos que, futuramente, irá ter um portal, associado àquilo que são os valores culturais, gastronómicos e do património de cada um porquanto, atualmente, há muita gente que se desloca em grupo para fazer percursos pedestres e conhecer cada uma das localidades.

Acrescentou que a Câmara Municipal pretende fazer ciclovias em espaço urbano, uma delas fazendo a ligação entre Samora Correia e Porto Alto, e outra ligando Benavente à zona industrial.

Recordou que quando, em tempos, o senhor vereador Ricardo Oliveira mencionou a inexistência de aulas de natação para bebés no concelho de Benavente, teve oportunidade de explicitar que a existência de um único tanque de compensação não permite diferenciar as temperaturas do tanque principal e do mais pequeno, sendo que, em sua opinião, a solução passa pela construção de piscinas ao ar livre, com a inclusão de mais um tanque de compensação que permita resolver o problema.

Contudo, são investimentos muito vultuosos que, sendo desenvolvidos plurianualmente, devem fazer parte dum objetivo futuro, porquanto o atual Executivo está em final de mandato, aproximando-se um novo ciclo autárquico.

Sendo certo que a Câmara Municipal poderia inscrever esse projeto na proposta de Orçamento em apreço e criar a respetiva rubrica para 2018, tal não seria sério, mas, se o Executivo assim o entender, poder-se-á inscrever essa obra. Considera que, no entanto, tal será enganar os munícipes, porque não há condições para a fazer.

Clarificou que sendo certo que há obras inscritas para 2018, elas já estavam previstas desde o início do mandato, mas, pelas razões que já foram explicadas, não foi possível construí-las.

Realçou que, no entanto, a Câmara Municipal concorda com a necessidade de construir piscinas ao ar livre.

Especificou que o PEDU de Benavente foi bastante valorizado em função do trabalho de casa que tinha sido feito pela Câmara Municipal, e que assentou, fundamentalmente, no diagnóstico da mobilidade, tendo sido efetuada a medição de mais de trinta pontos de conflito, entre os quais se incluem os referidos pelo senhor vereador Luís Semeano. Contudo, as intervenções a efetuar não pode ser algo empírico, mas, antes, assente em estudos e na conjugação com o trabalho que está a ser desenvolvido.

Considerou que situação diferente é a da requalificação da Estrada Nacional 118, e recordou que já transmitiu à Câmara Municipal que o projeto estava em desenvolvimento e, entretanto, o gabinete responsável pelo mesmo entrou em insolvência e, atualmente, essa requalificação não se vislumbra.

Observou que estava consensualizada a construção de rotundas no cruzamento da Rua Álvaro Rodrigues de Azevedo com a Estrada Nacional 118, no acesso à Vila das Areias, no acesso ao Minipreço e junto às bombas de combustível Alves Bandeira, sendo apenas as três primeiras da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal.

Aflorou que a técnica de segurança da Infraestruturas de Portugal está a tentar incluir um conjunto de medidas junto à passadeira situada no Bairro de Santa Cruz, que vise a construção da rotunda no acesso à Vila das Areias por outras vias, que não no âmbito da requalificação da Estrada Nacional 118.

Manifestou a sua concordância com a necessidade de um espaço multiusos, que esteve para avançar em 2008 e contemplava a função de praça de touros, após a Câmara Municipal ter adquirido o terreno da Quinta dos Gatos, em Samora Correia. No entanto, tal envolvia um investimento para o qual não existem, ainda, condições.

Reiterou que atendendo à sua dimensão e ao impacto que vão ter, todos os projetos serão, previamente, discutidos com as populações, visando consensualizar as intervenções, tanto quanto possível, e recolher contributos.

Disse que as questões da **Participação variável no IRS** e da **Derrama** vão ser tratadas em novembro. Contudo, salientou que o saldo da Câmara Municipal foi sendo construído em função da estratégia de defender o futuro do Município e, portanto, não foram feitos outros investimentos, por forma a permitir criar a atual poupança corrente e a subsequente capacidade de investimento, ficando com uma margem muito pequena. Tendo transmitido, no início da reunião, o que acontece comparativamente a outros municípios, acha que a Câmara Municipal está a fazer um esforço muito significativo, elegendo o IMI como a medida na qual pode atuar, dado tratar-se de um imposto transversal.

Observou que o IRS é um imposto da Administração Central e, como tal, é a ela que cumpre, naturalmente, poder aliviá-lo. No entanto, tem-se assistido a contínuos agravamentos.

Sublinhou que a Derrama é um imposto sobre o lucro das empresas, e não um imposto direto sobre o exercício da atividade, tendo a Câmara Municipal uma redução para as empresas que têm negócios abaixo dos cento e cinquenta mil euros. Sendo certo que a Câmara Municipal poderia considerar a isenção proposta pelo Partido Socialista, tratar-se-ia duma medida demagógica, com pouco impacto para o universo dos municípios.

Referiu que se o IMI não tivesse sido reduzido de 0,45% para 0,35% durante o atual mandato, a Câmara Municipal teria, atualmente, mais um milhão de euros.

O SENHOR VEREADOR RICARDO ALEXANDRE FRADE DE OLIVEIRA perguntou se se pode depreender das palavras do senhor presidente que achava a taxa de IMI de 0,45% demasiado excessiva em 2013.

O SENHOR PRESIDENTE disse que, efetivamente, uma taxa de IMI de 0,45% é elevada. No entanto, a Câmara Municipal foi, progressivamente, fazendo o ajustamento na Despesa Corrente, para poder prescindir daquele milhão de euros.

Realçou que a questão da taxa do IMI é muito mais profunda do que a forma como é veiculada, porque para além de ser um imposto que está relacionado com o valor patrimonial dos edifícios, o coeficiente de localização é um fator muito mais importante. Exemplificou que um imóvel cujo valor patrimonial seja de cem mil euros no Município em Benavente, nos municípios mais próximos de Lisboa terá valor patrimonial de cento e cinquenta mil euros, sendo que se a taxa de IMI em Benavente for de 3,5%, o município paga trezentos e cinquenta euros, enquanto que se nesses mesmos municípios essa taxa for de 3%, paga quatrocentos e cinquenta euros, o que é uma diferença significativa. Acrescentou que a taxa do IMI tem pouca expressão no orçamento dos municípios que obtêm mais de 80% das suas receitas da Administração Central, quando o Município de Benavente recebe, apenas, cerca de 40%.

O CHEFE DA DIVISÃO MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA, HERMÍNIO NUNES DA FONSECA, pedindo o uso da palavra, explicitou que a taxa de 0,45% de IMI praticada, à época, pela Câmara Municipal aplicava-se a um terço dos prédios, porque não tinha havido avaliação e, como tal, aquele imposto incidia, apenas, sobre os prédios novos. Apenas foi possível baixar a taxa do IMI, à medida que os prédios foram sendo objeto de avaliação geral.

O SENHOR VEREADOR RICARDO ALEXANDRE FRADE DE OLIVEIRA reconheceu, uma vez mais, o trabalho dos serviços técnicos da Autarquia na preparação dos documentos previsionais, nomeadamente, o Dr. Hermínio da Fonseca, porque tanto quanto sabe, não era uma prática da Câmara Municipal produzir os documentos justificativos da Despesa e da Receita que, muitas vezes, dão resposta a dúvidas que ficam, logo à partida, esclarecidas.

Referiu que o PSD (Partido Social Democrata) regista com agrado o acolhimento da sua proposta de aumento do valor destinado às bolsas de estudo do ensino superior, bem como a intenção da Câmara Municipal reduzir a taxa do IMI para 0,35%.

Aludiu à não aceitação de um aumento importante para as associações de festas, instituições particulares de solidariedade social e Misericórdias e ao facto da Câmara Municipal não pretender fazer qualquer alteração à Feira de Benavente.

Todavia, são questões que já foram abordadas e que estão explicadas, tratando-se de pontos de vista diferentes, e, perante o documento final, terá oportunidade, ainda, de o analisar no seio do seu grupo político e fará a sua declaração final na próxima segunda-feira.

Não havendo mais nada a tratar, o senhor presidente declarou encerrada a reunião às doze horas e trinta e dois minutos.

Para constar se lavrou a presente ata, que depois de aprovada, vai ser assinada.

E eu,

Hermínio Nunes da Fonseca, chefe da Divisão Municipal de Gestão Financeira, a subscrevi e assino.